



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 8, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 8 - TECNOLOGIA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.08.37>

Recebido em: **31/08/2020**

Aprovado em: **04/09/2020**

□ As Ações e Animações Culturais Oferecidas pelas Bibliotecas Públicas De São Cristóvão, antes e Durante a Pandemia da COVID-19: Desafios da Gestão da Informação e Conhecimento □ □ The Cultural Actions and Animations Offered by São Cristóvão Public Libraries, before and During the COVID-19 Pandemic: Challenges of Information and Knowledge Management □ □ Las acciones y animaciones culturales ofrecidas por las bibliotecas públicas de São Cristóvão, antes y durante la pandemia COVID-19: desafíos de la gestión de la información y el conocimiento □

RAFAELA PEREIRA DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-8103-5306>

VALÉRIA APARECIDA BARI

<https://orcid.org/0000-0003-2871-5780>

RESUMO

A comunicação científica “As Ações e Animações Culturais Oferecidas pelas Bibliotecas Públicas De São Cristóvão, antes e Durante a Pandemia da COVID-19: Desafios da Gestão da Informação e Conhecimento”, debate sobre as alterações e desafios na retomada dos serviços biblioteconômicos e de leitura pública oferecidos ao cidadão são-cristovense, contrastando a condição anterior de progressão e a nova condição de isolamento social, determinada pela pandemia da COVID-19. Os fatores e indicadores observados consideram a condição heterogênea mediante a educação universal, o acesso às redes sociais, o regime de informação que inclui os e-books, periódicos digitais e outros recursos informacionais emergentes no século XXI, e outras diversidades propostas. Órgãos Internacionais, como a IFLA, UNESCO e OMS, indicam cautela e utilização dos recursos tecnológicos digitais, mídias sociais e atendimento mínimo presencial, para os quais o cidadão cristovense médio não está capacitado. Conclui-se que, embora de forma involuntária, a obediência aos princípios disseminados pela IFLA/UNESCO/OMS para o período pandêmico e pós-pandêmico representarão desafios intransponíveis para diversas bibliotecas públicas brasileiras.

ABSTRACT

The scientific communication “The Cultural Actions and Animations Offered by São Cristóvão Public Libraries, before and During the COVID-19 Pandemic: Challenges of Information and Knowledge Management”, discusses the changes and challenges in the resumption of library and reading services offered to the São Cristóvão citizen, contrasting the previous condition of progression and the new condition of social isolation, determined by the pandemic of COVID-19. The factors and indicators observed consider the heterogeneous condition through universal education, access to social networks, the information regime that includes e-books, digital journals and other information resources emerging in the 21st century, and other proposed diversities. International bodies, such as IFLA, UNESCO and WHO, indicate caution and use of digital technological resources, social media and minimum face-to-face service, for which the average Christian citizen is not qualified. It is concluded that, although involuntarily, obedience to the principles disseminated by IFLA / UNESCO / WHO for the pandemic and post-pandemic period will represent intransigent challenges for several Brazilian public libraries.

RESUMEN

La comunicación científica “Las acciones y animaciones culturales ofrecidas por las bibliotecas públicas de São Cristóvão, antes y durante la pandemia COVID-19: desafíos de la gestión de la información y el conocimiento”, analiza los cambios y desafíos en la reanudación de los servicios de biblioteca y lectura ofrecidos a la São Ciudadano de Cristovão, contrastando la condición anterior de progresión y la nueva condición de aislamiento social, determinada por la pandemia de COVID-19. Los factores e indicadores observados consideran la condición heterogénea a través de la educación universal, el acceso a las redes sociales, el régimen de información que incluye libros electrónicos, revistas digitales y otros recursos de información emergentes en el siglo XXI, y otras diversidades propuestas. Los organismos internacionales, como la IFLA, la UNESCO y la OMS, indican precaución y uso de los recursos tecnológicos digitales, las redes sociales y el servicio mínimo presencial, para lo cual el ciudadano cristiano promedio no está calificado. Se concluye que, aunque de manera involuntaria, la obediencia a los principios difundidos por IFLA / UNESCO / OMS para el período pandémico y pospandémico representará desafíos intranacionales insuperables para varias

bibliotecas públicas brasileñas.

1. INTRODUÇÃO

A leitura é, sem dúvida, uma das principais ferramentas pela qual os indivíduos adquirem conhecimento e ampliam suas ideias acerca do que está ao seu redor, inclusive das demandas em relação às utilidades de dia-a-dia. Por isso, Paulo Freire (1989) menciona que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, pois a vivência particular de cada um é lida e expressada de acordo com o que inerente a cada ser.

Quem lê sente-se capacitado para discutir a respeito de vários assuntos, adequando-se a novas opiniões e novos pontos de vista, pois entende que o conhecimento é multifacetado e cada pessoa tem um conhecimento para chamar de seu, uma vez que este é sujeito a quem o possui.

O fato de ler dá ao indivíduo um maior poder de persuasão, aumenta o senso crítico, amplia o vocabulário e o deixa rico, melhorando a escrita e a desenvoltura da oratória e da expressão. Ademais, o indivíduo que pratica o hábito da leitura absorve mais conhecimento e promove a sua evolução enquanto ser humano e profissional. No entanto, a centralidade da questão atual da sociedade não é a leitura em sentido generalizado, pois muito se lê hoje através dos dispositivos eletrônicos móveis, é, antes, uma preocupação com o foco no saber agregador de conhecimento que tais leituras têm promovido em cada pessoa.

Pensando nesta perspectiva, um plano de ação cultural foi implantado e desenvolvido, a partir de março de 2018, diretamente para a Biblioteca Pública Municipal Senador Lourival Baptista (Centro Histórico) e para a Biblioteca Pública Municipal Prof. Luiz Alberto (Rosa Elze) sob a supervisão hierárquica da Fundação Municipal de Cultura e Turismo "João Bebe Água" – FUNDACT. Visando desenvolver satisfatoriamente as ações propostas nessa gestão da informação e do conhecimento, firmou-se parceria com as escolas públicas e privadas do município, de modo que os estudantes tenham acesso às exposições das pesquisas ao tempo em que as bibliotecas sejam consideradas como um ambiente informacional de extensão da sala de aula, em suprimento a ausência ou carência de bibliotecas escolares no município.

Porém, outros segmentos, como os jovens, adultos e idosos residentes e domiciliados entre a população cristovense também tem direito ao usufruto de serviços especializados de disseminação da informação e conhecimento, leitura pública e lazer cultural. Sendo assim, o planejamento de outras ações culturais específicas para seus interesses foi implementado no plano de ação.

A viabilização de tais ações é sustentada pelos órgãos competentes no que se refere ao melhoramento da qualidade de vida da população através da leitura, da informação e do conhecimento, planejando e executando boas ações nas unidades públicas de informação. Desta forma, as ações desenvolvidas nas bibliotecas públicas através deste projeto serão responsáveis pelo aumento do hábito e do gosto pela leitura como contribuição na formação intelectual do cidadão são cristovense, como hipótese de garantia do direito de cidadania.

Para conhecer os direitos que lhe são inerentes, os cidadãos precisam ter livre acesso às informações para que, confrontando-as, possa tanto entender o núcleo informacional quanto produzir algo baseado nas informações adquiridas. Por assim dizer, apresentam-se as políticas públicas como instrumentos facilitadores do suprimento das necessidades da sociedade, que conforme a definição de Lynn (1980), as políticas públicas são o conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Laswell (1936), por sua vez, para simplificar a conceituação pergunta: quem ganha o quê, por que e que diferença faz? As políticas públicas têm como ator principal o governo, seu produtor por excelência.

Porém, elas podem ser demandadas por problemas sociais, apontando as hipóteses para a solução. Envolvem diferentes áreas do conhecimento vinculando Estado, política, economia e sociedade.

Lowi, (1964 apud Souza, 2006), deu ênfase à sua máxima, entendida como facilitadora conceitual desta área, pois ao reiterar que “a política pública faz a política”, fica clara a consistência do entendimento da aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos”.

O relato de Souza (2006) diz que a literatura consagra quatro pais das políticas públicas, os quais em épocas diferentes acabam comungando da mesma ideia central, pois ao tempo em que para Laswell (1936) é válido conciliar conhecimento científico com a produção empírica dos governos a fim de estabelecer um diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo, Simon (1957) argumenta que a maximização da racionalidade se dá pela falta de informação por parte dos decisores públicos. Já Lindblom (1959) propõe a inserção de segmentos diferentes para tal conceituação, vislumbrando o poder quando da troca de informações numa dada agregação de pessoas. Por fim, Easton (1965) relaciona sistema, formulação, resultados e ambiente para definir políticas públicas entendendo que os resultados são influenciados por grupos externos.

Assim, fica entendido que políticas públicas são como uma peça de teatro com atores principais (governo), atores coadjuvantes (grupos sociais e de interesse), enredo (atividades desenvolvidas) e plateias (público alcançado). É um instrumento utilizado para a resolução de problemas através da correlação de ideias e ações públicas e de interesse público. Fica claro a observância ao que é demandado pelo todo em detrimento de apenas um indivíduo, contemplando a moralidade da coisa pública, pois todo o tratamento dado pelo governo ou por particulares à sociedade exige que seja feita uma análise dos princípios que regem a administração pública para que não haja conflitos ideológicos quando da execução de um dado projeto.

2 OS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA ATINGIDOS PELA PANDEMIA

Existem situações e necessidades sociais que se sobrepõe, quando se trata da gestão de unidades de informação de caráter público, como é o exemplo típico das bibliotecas públicas. Na grande parte dos municípios brasileiros, a biblioteca pública é o único ambiente voltado para o lazer cultural. Falar de políticas públicas aplicáveis a essa unidade de informação envolve, inicialmente, conceitos necessários ao devido esclarecimento para que questões ambíguas sejam resolvidas na mente dos indivíduos que são agentes (ativos ou passivos) das ações geradas pelas mesmas, uma vez que o caráter polissêmico deste tema é fator comprovado não só pela variedade conceitual, mas também pelas assimilações que lhe são inerentes.

Para clarificar a natureza da ação e da animação cultural aplicáveis à gestão desses espaços públicos, é necessário enfatizar que a disseminação da informação e do conhecimento ocorre por meio da atração dos usuários, demonstração da usabilidade dos serviços de modo individualizado, cujos impactos são verificáveis na melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, apropriação de linguagens e tecnologias para usufruto cultural, empoderamento de minorias e de gênero, aumento da empregabilidade e senso de cidadania.

2.1 A BIBLIOTECA PÚBLICA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

A diversificação dos usuários em bibliotecas públicas tem suscitado questões que instigam adaptações indispensáveis no sistema administrativo das mesmas. Além do aprimoramento das técnicas bibliotecômicas – fator que define a biblioteconomia em sentido estrito – é preciso que o profissional bibliotecário esteja apto para ser um agente do desenvolvimento social.

Contribuir na formação cidadã das pessoas que frequentam a biblioteca – ou que por motivo oportuno a encontrem – é umas das mais novas missões do bibliotecário, sendo um condutor de

indivíduos à proatividade.

Ao ter consciência das novas atribuições demandadas pelos usuários, o bibliotecário precisa pensar em desenvolver o senso crítico dos mesmos através da informação, entendendo e valorizando as reais necessidades informacionais deles, o que pode ser entendido como a prática do cunho humanista e social que consolidou a profissão de bibliotecário, não devendo ser esquecido ou impraticável, pois a biblioteconomia é uma profissão que existe para servir as pessoas, independente dos moldes em que o profissional atue.

O bibliotecário, além de lidar com as atividades elementares da biblioteconomia, precisa atuar de forma inovadora, aplicando políticas que proporcionem ao cidadão uma sensação de bem-estar quando da entrada do mesmo na biblioteca, e isso não é difícil de implementar, basta responder a seguinte pergunta: “o que os usuários das bibliotecas não estão completamente aptos a fazer que eu estou?” (BARROS, 2009, p. 66).

A realidade de atuação profissional varia – ainda que pouco – de cidade para cidade, de Estado para Estado e, sobretudo, de profissional para profissional. No entanto, existem atividades que dão significado às bibliotecas por serem entendidas como o cerne do desenvolvimento das mesmas, a saber:

- Leitura livre – atividade primordial ao desenvolvimento cultural e educacional de todo e qualquer ser humano. Desde a tenra idade as pessoas precisam ser ouvidas e se tornarem contribuintes dos programas sociais que envolvem a leitura e a formação de leitores da cidade onde vivem. A leitura livre é a forma mais democrática de efetivar a leitura de lazer, permitindo que o usuário tenha, livremente, acesso à leitura, fazendo da biblioteca uma instituição de valor social e educacional.
- Atividades culturais – sabendo das necessidades dos usuários o bibliotecário atua para atendê-los da melhor forma possível, com roda de leitura, contação de histórias, roda de conversa, visita guiada, apresentação teatral e musical, reuniões diversas e muitas outras. Essas atividades são relevantes porque permitem que o usuário participe mais, e ativamente, das atividades da biblioteca, tornando também um construtor de ideais e não apenas apreciador.

Entendendo que as exigências estão a cada dia maiores, vale salientar a necessidade de o bibliotecário se manter informado e com uma firme educação continuada para que esteja apto para os questionamentos e consiga solucionar as questões que lhe são impostas, mantendo-se assim, empregável ao longo do tempo.

Mesmo havendo o desconhecimento da classe dos bibliotecários por parte de uma parcela da sociedade, muitos profissionais têm se mobilizado na busca por reconhecimento, lutando para que seus planos ideológicos não fiquem apenas no papel.

Em se tratando das bibliotecas públicas – instituições que ao longo do tempo adquiriram certo estereótipo que o diminuía dentre as demais – ainda hoje é responsável por sanar as necessidades de pesquisa não correspondidas por outras bibliotecas, como é o caso das escolares, e isso fez com que muitos profissionais se esquivassem de atuar nelas. Tendo seu marco inicial em meados do século XIX, a biblioteca pública ainda hoje carrega a tarefa de contribuir para a formação escolar, devido à ausência de bibliotecas na maioria das escolas, sejam elas públicas ou privadas.

A biblioteca pública é definida por Silva (2011, p.5) como “ambígua, pois, ao passo que atende aos interesses ideológicos da classe hegemônica, ela pode propiciar também espaços, brechas para a contestação”, podendo ser um local para a expressão das classes populares, mas enfrentando a incrível burocracia, que de fato não deveria existir.

Atuar como bibliotecário em unidades públicas de informação, mormente nas estaduais e municipais, requer do profissional atribuições extras que possibilitem a sua própria permanência no ambiente de trabalho, invalidando o antigo estereótipo.

No entanto, a luta pela valorização profissional deve ser uma constante na vida dos bibliotecários, inibindo comentários que menosprezem a profissão ao tempo em que se faça uma demarcação de território a fim de assegurar espaços de exercício profissional para além de bibliotecas.

Existe um tripé no desenvolvimento da sociedade que ilustra a importância tanto das bibliotecas quanto dos bibliotecários, quais sejam: luta de classes, acesso à informação e cidadania. Entendidos como indispensáveis e relevantes ao trabalho dos bibliotecários frente às unidades de informação, que prezam pela liberdade de acesso e desenvolvimento intelectual dos cidadãos, tais fatores precisam ser trabalhados de forma ampla e sistemática pela rede que sustenta o progresso leitor dos cidadãos.

Por assim dizer, o artigo quinto da Constituição Federal possui incisos alusivos ao acesso à informação, entendendo-a como pública e inibindo a censura. Tais critérios fazem do bibliotecário o profissional responsável por efetivar o direito que a Carta Magna enfatiza.

Ao observar a prática do profissional bibliotecário nas bibliotecas públicas do município de São Cristóvão foi possível enxergar o grande potencial de compartilhamento de informações – úteis e confiáveis – aos usuários, tanto reais quanto potenciais, uma vez que os atributos inerentes a ela possibilitam tal inferência.

Tal assertiva se fundamenta com Almeida Júnior (2003, p.33) dizendo que é preciso que haja uma boa relação da biblioteca com a comunidade de seu entorno para que a necessidade informacional seja suprida de maneira acertada; e a este respeito, ele enfatiza que o usuário deve ser conhecido da biblioteca, a qual deve possibilitar as condições de acesso e participação na gestão, na política e na determinação de seus objetivos e dos serviços oferecidos à sociedade.

O fato de estarmos vivendo no auge da sociedade da informação, na segunda década do século XXI faz com que se tenha uma organização específica no trato a ser dado com as informações, tanto em processo de catalogação quanto de indexação, facilitando a entrada e a saída das mesmas em repostas às buscas por parte dos usuários.

A democratização do acesso à informação vai muito além do que o senso comum possa vislumbrar, pois a carência muitas vezes está implícita, e só um mergulho fundamentado no interesse de respostas cabíveis pode solucionar questões básicas dos clientes das bibliotecas.

De acordo com o que foi visto na observação realizada nas bibliotecas públicas de São Cristóvão/SE, pode-se inferir que o público real das mesmas são estudantes, tanto de escolas públicas quanto das privadas, e essa realidade é um dado significativo para a idealização dos serviços a serem prestados.

Além de pensar em atividades que tenham os usuários reais das bibliotecas como protagonistas, a exemplo de empréstimo domiciliar, bate-papos, rodas de leituras, contação de histórias, interação interpessoal e muitas outras, é pensado também em atividades que instiguem os usuários potenciais a fazerem uso das bibliotecas, como reuniões específicas, palestra sobre temas diversos, assinatura do jornal da cidade e de fora do Estado e parcerias com organizações promotoras da leitura.

A disseminação e acesso ao conhecimento, segundo Silva (2011, p.2) foi uma atividade que teve seu marco inicial com os mentores da documentação Paul Otlet e La Fontaine, que acreditavam que o conhecimento produzido por todas as nações propiciariam a paz mundial, pois seriam conhecidas as diferenças de cada uma e, esta iniciativa levou La Fontaine a receber o Prêmio Nobel da Paz em 1913.

Partindo da premissa de que o bibliotecário deve atuar frente à sociedade em busca de satisfazer as necessidades de seu cliente, observa-se a importância em despertar, nestes, a responsabilidade social

que lhe é atribuída conforme o legado que deu origem ao desenvolvimento da área. As formas de atuação do profissional bibliotecário, analisado historicamente, nas ambiências em meados do século XIX até o século vigente é demonstrar os desníveis entre os que têm e os que não têm acesso à informação; instigar nos cidadãos o desejo de informar-se e vincular acesso à informação com o exercício da cidadania.

A informação tratada, organizada e disseminada constitui elemento chave na ação política da sociedade, elemento para a construção da cidadania, e assim, é possível entender o importante papel das bibliotecas e bibliotecários no desenvolvimento da sociedade.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA APLICABILIDADE NA VIVÊNCIA CULTURAL E LEITORA

Inicialmente, Jenkinson (1978) apud Jardim; Silva; Nharreluga (2009, p.10) afirma que política é um conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada. No entanto, não existe um consenso quanto à definição de políticas públicas, pois existe uma forte vinculação com o que é trabalhado e visualizado por quem a define. Jardim; Silva e Nharreluga (2009) afirmam que “uma política pública é dinâmica e mutante, tendendo a se alterar ao longo de tempo sob a redefinição de diretrizes e novos objetivos”.

Para Muller e Surel (2004 apud Jardim; Silva e Nharreluga, 2009, p.10), política pública equivale ao “Estado em ação”, e a ação deste é demandada pela sociedade que toma decisões usando o conhecimento e a informação como instrumento balizador. Assim, planos, programas, projetos, bases de dados e sistemas de informação e pesquisa são utilizados para acompanhamento e avaliação das políticas públicas, as quais muitas vezes requer a aprovação de nova legislação.

Há pouco mais de cinquenta anos as políticas públicas recebem uma atenção específica pelos estudiosos com o intuito de conceber significados plausíveis para a sua implementação mediante a reflexão advinda das intervenções públicas, pois “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (SOUZA, 2006, p.26)

Há controvérsias quanto ao alinhamento das posições envolvendo políticas públicas e legislação, pois existem posicionamentos de que esta vem antes daquela e vice-versa. No entanto, Jardim; Silva e Nharreluga (2009) enfatizam que a legislação é um dos fundamentos para a definição e implementação de políticas públicas de informação.

Seu alcance, porém, pode ser limitado, se não for simultaneamente instrumento e objeto de uma política pública de informação. Um problema público é passível de intervenção do Estado por meio de ações contínuas para solucioná-los e inibi-los. Por assim dizer, em se tratando de políticas públicas que têm a informação como núcleo, vale a reflexão a partir da seguinte definição, pois Políticas públicas informacionais constituem o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada (JARDIM, 2009).

A amplitude progressista das políticas públicas sob os vieses conceitual e prático tem permitido um nível satisfatório do seu construto disciplinar, pois a conversa entre Estado, política, economia e sociedade tem sido eficaz, provando que existe uma relação de dependência e interdependência envolvendo regime político, governo e política pública. Colocar o governo em ação, analisar as ações do governo e propor mudanças nas ações do governo, é o que enfatizam Jardim; Silva e Nharreluga (2009) acerca das políticas públicas.

Sabendo que o governo é o principal ator quando o assunto é política pública, vale ressaltar que essa preponderância não inibe a atuação dos diferentes segmentos que lutam pela idealização e implementação das mesmas, antes comprova que há uma facilidade para que os planos do governo sejam executados com mais celeridade.

Para Lowi (1972 apud Souza, 2006, p.28) existem quatro modelos para entendimento das políticas públicas, a saber: políticas distributivas – decisões tomadas pelo governo (individual em detrimento do todo); políticas regulatórias – visíveis ao público (burocracia); políticas redistributivas – maior número de pessoas (perdas e ganhos em tempos diferentes; sistema previdenciário) e as políticas constitutivas as quais lidam com procedimentos. Entendendo que existe um princípio para cada decisão tomada pelo governo, as políticas públicas seguem esta linha tendo como base a importância dada aos dispositivos legais acerca de uma dada intervenção na sociedade por meio delas.

Para Jardim; Silva e Nharreluga (2009) existe o ciclo da política pública, assim dividido: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Essa divisão constitui um importante instrumento para a validação de planejamentos fundamentados no crescimento cognitivo da população por meio do acesso às informações que lhe garanta uma cidadania eficaz.

Sob este ponto, é sabido que existem redes fortalecidas pelas relações de trocas de experiências para difusão do conhecimento entre os interessados. Mesmo havendo uma política restritiva de gastos, é possível vislumbrar eficiência no trato das informações a serem disseminadas para a efetivação da cidadania, fazendo uma análise racional por meio do planejamento tendo em vista os interesses de grupos específicos (alcançando primeiramente), para chegar à totalidade em momento posterior.

Isso indica que as políticas públicas tem caráter participativo, fazendo com que os cidadãos se sintam atores das atividades desenvolvidas no meio onde vive caracterizando, oportunamente, os processos de socialização dos indivíduos de diferentes idades, classe social e ideologias. Isso porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas, as quais incitam o governo a estar em ação contínua pelo bem da sociedade como um todo.

Por assim dizer, a máxima de que quem tem informação tem poder é comprovada por meio dos resultados alcançados pelas ações que objetivam provar sua eficiência por meio dos aparatos que a veicula, a exemplo das bibliografias, artefatos, relatos orais e observações, e agora, através da divulgação das produções acadêmicas que têm a cidade de São Cristóvão como assunto.

Sabendo da necessidade de identificar os problemas para agir acertadamente com vistas a uma consciência cidadã, os participantes visíveis (políticos, mídias, partidos, grupos de pressão) e os invisíveis (acadêmicos e burocracia) precisam estar alinhados conforme os objetivos propostos a fim de que não haja interrupções no trato com a informação seletiva para suprimento de necessidades específicas dos cidadãos, lembrando que “os atores visíveis definem a agenda e os invisíveis as alternativas”, conforme afirma Souza (2006, p.30). Implantar uma política pública de informação voltada para a educação continuada dos são cristóvenses é uma forma de fazer com que todos os envolvidos saiam ganhando, pois um investimento em qualidade de vida por meio do conhecimento entendido como produto final de um povo é fator de validação hipotética para além do tempo presente, uma vez que os resultados com ações de melhoramentos cognitivos nem sempre tem respostas imediatas, mas no futuro o bom resultado sempre aparece.

O Brasil promulgou em 2011 a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527), mas o direito à informação é uma verdade desde a Constituição Federal de 1988. Porém, com o avanço e necessidade de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), fazer esses dispositivos legais se cumprirem constituiu-se numa necessidade para a governança do país, uma vez que passou a ser exigida a transparência dos atos administrativos.

Tal transparência é vista sob os moldes eletrônicos e digitais contemplados pelas TIC. O acesso à internet, hoje, que modificou significativamente as relações sociais, também fez com que houvesse alterações no direito, pois conforme entendimento de Pérez Luño (2012 apud Oliveira e Raminelli, 2014, p.164), os direitos fundamentais evoluem de tal forma, passando para Estado Moderno e por fim para Estado Democrático de Direito.

Em se tratando do acesso à informação e ao conhecimento, a UNESCO (2017) elenca alguns critérios para uma ação eficiente; e tendo como base o núcleo deste trabalho, vale citar o que é dito nos três últimos tópicos, a saber: Promover o acesso universal à informação e ao conhecimento e às TIC ao incentivar a criação de instalações de acesso público e apoiar usuários de todos os tipos para que desenvolvam suas habilidades para usar a Internet como criadores e usuários de informação e conhecimento.

Reafirmar a contribuição importante do acesso aberto a informações acadêmicas, científicas e jornalísticas, dados abertos governamentais e software livre e de código aberto para a construção de recursos de conhecimento aberto. Explorar o potencial da Internet para a diversidade cultural. (UNESCO, 2017, p.37) Todo o trabalho idealizado por instituições como a UNESCO, ligado à políticas de informação, giram em torno da democratização do acesso às informações, fazendo com que os indivíduos interajam e troquem ideias pertinentes ao desenvolvimento pessoal, cultural e social.

2.3 A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E A CONSCIÊNCIA CIDADÃ

Os profissionais da informação, como por exemplo os bibliotecários e suas equipes, atuando nas bibliotecas públicas, estão diante de uma demanda significativa por parte de seus usuários, e isso tem levado a uma valorização constante das informações disponibilizadas em tempo hábil. Por isso é necessário que estes profissionais sejam fluentes na sua área de atuação, compreendendo e produzindo conhecimento como um ciclo progressivo da ciência, mostrando uma nova forma de fazer o que já existe.

Entendida como a capacidade de confrontar duas ou mais informações para decidir o que é verdade e tomar decisões, a competência informacional é definida por Gasque (2010, p. 89) como o “um processo de aprendizagem, compreendido como ação contínua e prolongada, que ocorre ao longo da vida.” Usar eficientemente a informação é uma característica de quem é competente informacionalmente, pois a interpretação do que é demandado deve ser feita através de uma rápida localização do que foi solicitado, e diante do surgimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) apresentam-se mudanças exigindo novas habilidades dos profissionais da informação, seja no âmbito social, cultural ou econômico.

A educação voltada para a Sociedade da Informação tem como grande desafio, lidar com essa gama de informação, bem como proporcionar aos usuários as ferramentas necessárias para que possam se apropriar da informação de forma eficiente. Nesse cenário de mudanças, a biblioteconomia passou por um processo de evolução e por diversos paradigmas, o fazer profissional foi se transformando, principalmente com as novas TIC, pois seus suportes e mídias informacionais, sofreram mudanças. Sendo assim, a biblioteca pública também passa por essas mudanças, assumindo a missão de participar ativamente no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, tendo a informação como objeto, independente dos formatos ou suportes, promovendo uma consciência cidadã nos indivíduos.

Gasque (2010) enfatiza que a biblioteconomia é uma das várias áreas do conhecimento que tem como missão rever a forma de preparar os cidadãos para serem pessoas críticas, reflexivas e autônomas, através da democratização da cultura, preservação e difusão do patrimônio bibliográfico nacional, apoio ao ensino, pesquisa e capacitação dos indivíduos para que possam lidar com a

informação, de forma eficiente e eficaz.

Nesse contexto, a Competência Informacional apresenta-se como um dos principais propósitos dos bibliotecários nas unidades organizacionais, visto que é a partir delas que é construído o perfil do cidadão e, por inferência, pode-se dizer que uma pessoa letrada é capaz de utilizar-se da informação, dado ou conhecimento, de forma reflexiva, fazendo com que a liberdade de acesso auxilie a busca e uso da informação, sistematizando o conhecimento e promovendo a cidadania.

A universalização do acesso às informações é, hoje, apregoada como fator de desenvolvimento tecnológico das nações, e no Brasil essa é uma temática amplamente discutida por entender a necessidade de promover a alfabetização digital de forma equitativa, conforme os ideais da Sociedade da Informação no Brasil: livro verde (2000).

Muito embora, é evidente a falta de habilidades com os quesitos da informática por grande parte da população, uma vez que são insuficientes os serviços para a alfabetização tanto eletrônica quanto digital. Para tanto, capítulos do livro verde direcionam devidamente o governo para os passos necessários a serem dados para a efetivação de uma sociedade da informação, envolvendo o amplo acesso à internet, a popularização dos equipamentos eletrônicos de informática, acesso público à internet, cursos básicos de informática, envolvimento dos atores principais das políticas públicas e suas respectivas ações.

Em se tratando do projeto central desse trabalho, vale salientar a necessidade prática de todos os itens supracitados como forma de validar os objetivos propostos. No entanto, é preciso que tudo seja bem planejado para que ao tentar universalizar não acabem por fazer exclusão digital, diante da realidade de pouca habilitação, informaticamente falando, de grande parte da população brasileira, de jovens a adultos.

Mesmo havendo prerrogativas explícitas na Constituição Federal de 1988 acerca do direito à informação, só com a lei promulgada em 2011 os governos tiveram de se adequar para fazer cumpri-la, visando, sobretudo, a transparência das ações tomadas pelo governo.

Por fim, com vistas ao projeto central desta pesquisa, vale salientar que além da divulgação dos trabalhos de pesquisa, há também o intuito de valorizar os autores que fazem da ciência seu campo de produção textual, pois muitas vezes é um trabalho que fica sob os cuidados dos departamentos das universidades sem a devida propagação e implementação.

3. APLICABILIDADE CONCEITUAL

A necessidade de provar a importância da democratização da informação nas bibliotecas públicas do município de São Cristóvão fez com que se chegasse à constatação de que os indicadores são capazes de confirmar ou refutar a relevância do mesmo para o desenvolvimento da sociedade. Vislumbrando as possibilidades de melhorias com o desenvolvimento de políticas eficazes para a leitura e a biblioteca, consideram-se indicadores do fenômeno desta pesquisa os que seguem:

- Existe o ambiente físico, ainda que pequeno e sem possibilidades de crescimento;
- Há um razoável acervo informacional sendo tratado para a devida utilização e disseminação;
- Pode-se contar com uma pequena equipe funcional para atuar juntamente em prol do objetivo almejado;
- Inicia-se o processo de tratamento das informações das unidades, a saber: catalogação, classificação e indexação;
- Verifica-se a obsolescência dos processos, tecnologias e equipamentos põe em risco o cumprimento das atividades-meio e atividades-fim, mediante o isolamento social imposto pela epidemia da COVID-19.

Diante da exposição desses indicadores é possível inferir que o profissional bibliotecário à frente das unidades de informação resolverá a maioria dos problemas visíveis das unidades de informação, criando uma imagem positiva para a formação educacional e social dos indivíduos, que precisam a cada dia estar cientes que para adquirir informação é preciso conhecê-la a fim de que todo trabalho desenvolvido pelo bibliotecário tenha validade e serventia diante da sociedade para a qual o mesmo presta serviços informacionais.

Mesmo que haja um quebra de funcionalidade, pois as bibliotecas públicas acabam resolvendo as demandas que deveriam ser das bibliotecas escolares, é gratificante contribuir com a formação educacional e social dos indivíduos da localidade. O projeto de divulgação científica desenvolvido no município de São Cristóvão já foi realizado duas vezes com grande aceitação do público, o qual demonstrou interesse pelas versões subsequentes. Em pesquisa feita nas bases de dados das mais importantes universidades do Estado, foram identificadas trinta e uma pesquisas de diferentes áreas do conhecimento que têm São Cristóvão como assunto. Diante desse dado importante para a consolidação deste projeto, Frohmann (1995, apud JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009) critica a limitação da literatura na área da Ciência da Informação quando ao assunto é política de informação. Tal crítica se estende a alguns vieses passíveis de produção científica para análise contributiva e seu respectivo desenvolvimento. Sendo assim, entende-se “a transferência de informação científica como o escopo e abrangência de uma política de informação” (GONZALES DE GÓMEZ, 2002, p.28 apud JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.4). Reforçando essa assertiva, Ranganathan (2009), buscando incutir na mente dos profissionais da informação que o mais importante de uma biblioteca ou unidade de informação é seus respectivos usuários, diz para os bibliotecários que “seu dever é servir por intermédio dos livros. Servir é sua alçada”.

A democratização da informação, por meio da leitura e diante dos avanços que as mídias e linguagens digitais têm proporcionado à sociedade, foram e continuam sendo alvo de discussões globais, sintetizadas e manifestadas por diferentes organizações, em documentos relevantes e internacionais que tomamos por base. A gestão de unidades de informação, com ênfase naquelas que prestam os serviços mais básicos de disseminação social da informação, ou seja, as bibliotecas públicas e escolares, tem sido consideradas ambiente de extrema relevância no desenvolvimento de habilidades, competências, empoderamento, empregabilidade, apropriação da leitura e da cultura, produção de conhecimentos locais em escala e parâmetros compatíveis com os registros globais.

Organizações como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), aliando-se com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), produziram ainda no final do século passado, o Manifesto da UNESCO para Bibliotecas Públicas e o Manifesto UNESCO pelas Bibliotecas Escolares. Esses dois documentos paradigmáticos foram aplicados internacionalmente, implementando políticas públicas e diferentes programas, à medida que suas diretrizes se harmonizaram com as culturas, regimes de informação, níveis tecnológicos e tradições locais. Contudo, muito embora as questões referentes à essas unidades de informação não tivessem sido plenamente superadas no mundo, a pandemia do COVID-19[1] trouxe para a discussão os princípios da Organização Mundial da Saúde (OMS), além de outros tantos empecilhos discutíveis, a partir da democratização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação, que não se constituem numa simples distribuição de artefatos tecnológicos, mas passam pela capacitação da população em relação à alfabetização, o letramento, à cultura das mídias, sem contar com o acesso à World Wide Web (WWW) e seus aspectos comerciais.

Com atualização em tempo real, a página de Perguntas Frequentes da IFLA[2], as questões da Pandemia de COVID-19, no que se relaciona ao funcionamento das Bibliotecas Públicas, recomendam a reintrodução de serviços mínimos para acesso às fontes de informação e conhecimento convencionais, em suporte de papel, assim como a busca por recursos para a oferta de fontes de informação e conhecimento para leitura remota. As ações culturais e animações culturais devem ser planejadas também para oferta remota. Tudo isso nos leva a refletir sobre alguns avanços para os segmentos alfabetizados da população, especialmente os que dispõem de aparelhos e serviços

de telefonia celular. Por outro lado, vislumbramos o aprofundamento da exclusão, num país cheio de contrastes e tão distante da educação universal e do acesso às mídias, como o Brasil.

3.1 PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES EM CAMPO

Mediante o início das políticas públicas de isolamento social, as portas das bibliotecas públicas de São Cristóvão permanecem fechadas desde o início da pandemia, em abril de 2019. Com o recente decréscimo do número de casos, segundo monitoramento do Ministério da Saúde, os dirigentes municipais têm a função de decidir pela abertura progressiva e retomada dos serviços públicos de atendimento. Sendo assim, as bibliotecas públicas cristóvenses terão de evoluir do fechamento total em que se encontram, enfrentarão o desafio de fornecer o serviço mínimo. Segundo a definição disponível no FAQ da IFLA:

- Fechando os espaços totalmente e oferecendo apenas a possibilidade de empréstimo ou devolução de livros em um balcão ou em espaços reservados para tal. Alguns países estão experimentando um sistema de drive-through para pegar e devolver livros. Outros estão aceitando apenas visitantes que fizeram uma pré-reserva.
- Implementando políticas de quarentena nos livros devolvidos [...].
- Implementando planos para oferecer serviços remotos, por exemplo, empréstimo à distância, aprendizagem à distância, ou apoio ao ensino remoto
- Finalizando e testando medidas para toda a equipe trabalhar remotamente e permitindo àqueles que podem a já fazê-lo.

O importante desafio que se interpõe a retomada dos serviços, previamente constatado pela incapacidade de desenvolver atividades remotas: o baixo nível tecnológico dos serviços prestados e a lacuna na capacitação nas equipes, que foi um fator de impedimento na oferta de ações e animações culturais de forma remota. Ou seja, a competência informacional da equipe e o nível tecnológico da biblioteca. Outras bibliotecas públicas e sistemas de bibliotecas no país tiveram condições de oferecer o que chamaremos aqui de “lives”, voltadas para diferentes segmentos de usuários de suas comunidades: palestras, apresentação de hora-do-conto, debates culturais, performances, boletins informativos. As unidades de informação cristóvense, contudo, não teve condições de chegar nesse nível de organização.

A recepção de ações e animações culturais remotas, assim como a utilização de acervo em suporte digital, como e-books ou periódicos digitais, igualmente se constitui como um problema em relação ao seu regime de informação. Normalmente, um celular é compartilhado por diversos membros da família, o aparelho comprado de segunda-mão, defasado, com pacote de sinal pré-pago, que é utilizado para comunicação comercial e pessoal dos adultos e acompanhamento de ensino remoto pelas crianças da família. Nesse aparelho ainda são feitas operações bancárias, referentes aos benefícios como o “auxílio emergencial, bolsa-família, habitação” e outros quetais. Ou seja, a competência informacional dos usuários e o nível tecnológico das famílias.

Sabendo que o momento político atual é instável em se tratando do desenvolvimento científico, é válido propagar o que já se tem a fim de que a obscuridade não afete ainda mais a consciência crítica da sociedade. A proposição é que haja valorização a todo tempo de tudo o que é produzido como cultura local, e que tem se perdido na falta de registro das manifestações artísticas e culturais que não são pesquisadas, registradas e explicitadas. Essa é uma ação típica que é feita pelos estudantes de nível superior, investindo nas pesquisas acadêmicas e proporcionando boas condições para que o trabalho feito nas universidades seja capaz de possibilitar a criação de um centro de documentação e memória da cidade de São Cristóvão, tendo a divulgação científica como ponto de partida.

Outra questão é a democratização do acesso às fontes de informação digital, que passa pelas melhores condições de disseminação tecnológica. Os projetos de WIFI público no centro da cidade, ou de disponibilização de computadores para utilização em quiosques e nas bibliotecas públicas, são

importantes para cidades como São Cristóvão nesse momento da história. A capacitação dos estudantes e suas famílias para utilização das mídias, assim como a destinação de verbas públicas para adquirir equipamentos para os estudantes, também é necessário.

Para tanto, sabe-se que tal inferência exige todo um quadro de necessidades para a devida execução, quais sejam: planejamento, responsável técnico condizente com as atividades a serem desenvolvidas, sensibilidade por parte dos gestores públicos sobre a importância de eternizar o saber, equipamentos apropriados para o armazenamento da documentação e instalação de softwares para o tratamento informacional, pessoal capacitado e boas instalações físicas.

Com isso, fica claro que a dependência para a concretização de determinadas atividades é fator imprescindível para resolução em primeira instância, pois é inviável agir sem que os pares estejam com um mesmo propósito; e em se tratando de políticas públicas de informação, tal quesito ganha proporções maiores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 nos traz novas inquietações. O mundo da cultura e da leitura tem capacidade de se refazer, a partir de significativas mudanças no regime de leitura, assim como na gestão da informação e do conhecimento. Nessa nova condição global, os serviços que costumávamos ofertar com simplicidade terão de ser submetidos à avaliações de usabilidade, que obedeçam à diretrizes internacionais de qualidade, cultura e segurança.

Para os recantos do Brasil, um país de Terceiro Mundo que ainda enfrenta desafios na implantação de uma sociedade leitora, a utilização das mídias sociais digitais na disseminação da leitura e da cultura será um passo de gigante.

As políticas públicas terão de ser repensadas. Se o suporte tradicional de papel, tão familiar a nossa leitura e nossas escolas, universidades e bibliotecas, se tornou um vetor de transmissão de uma doença fatal, causada pelo vírus COVID-19. Os profissionais da informação terão, por conseguinte, de buscar a informação em saúde, para garantir a segurança dos usuários de seus serviços públicos.

As restrições orçamentárias serão grandes obstáculos. De fato, a economia mundial sofrerá uma severa retração. Teremos de nos preocupar com necessidades vitais da humanidade, como alimentação, vestuário, higiene. Os equipamentos de proteção individual (EPI), antes enfatizados para uso em profissões com risco à saúde e segurança, serão incorporados aos nossos hábitos cotidianos por muitos anos.

Ressignificar a leitura e os hábitos de leitura da comunidade cristovense, seu contato com a cultura letrada, a divulgação científica, os estudos autônomos, será mais complexo de que um romance de ficção científica. A universidade pública, gratuita e de qualidade finalmente demonstrará à classe política que a tem desacreditado, que sua importância na sobrevivência, qualidade de vida e desenvolvimento social é vista nos momentos de risco e crise.

[1] A melhor forma de prevenir e retardar a transmissão é estar bem informado sobre o vírus da COVID-19, a doença que ele causa e como ele é disseminado. O vírus da COVID-19 se dissemina principalmente através de gotículas de saliva ou pela secreção do nariz quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. Para saber mais sobre o vírus, consulte as páginas de pesquisa da OMS: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov>>, ou os Massive Open Online Courses (MOOCs) (Cursos On-line Abertos e Massivos) sobre o vírus, preparados pela OMS.

[2] IFLA Headquarters FAQ: COVID-19. Disponível em: <<https://www.ifla>

.org/covid-19>. Acesso em 31 ago. 2020.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. O papel do bibliotecário na efetividade do direito constitucional à informação. **Senatus**, Brasília, v.7, n.1, p.64-67, jul. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/182029/papel_bibliotecario_efetividade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 31 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Volume 1. Paz e Terra: São Paulo. 1999

GASQUE, Kelley C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ci. Inf.** Brasília, DF, v. 39 n. 3, p. 83-92, set./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Santos de; RAMINELLI, Francieli Puntel. O Direito ao Acesso à Informação na Construção da Democracia Participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Sequência (Florianópolis)**, n. 69, p. 159-182, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2014v35n69p159>. Acesso em: 19 jul. 2019.

RANGANATHAN, S.R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

SILVA, Vagner Rodolfo da. Biblioteconomia e Política: luta de classes, acesso à informação e cidadania. VI Semana de Biblioteconomia ECA/USP, 2011. **ANAIS...** Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/10/biblioteconomia-e-polc3adtica-luta-de-classes-acesso-c3a0-informac3a7c3a3o-e-cidadania.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p. 20-45.

UNESCO. **As pedras angulares para a promoção de sociedades do conhecimento inclusivas**. Acesso à informação e ao conhecimento, liberdade de expressão, privacidade e ética na Internet global. Brasília: UNESCO, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260742>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

[1] A melhor forma de prevenir e retardar a transmissão é estar bem informado sobre o vírus da COVID-19, a doença que ele causa e como ele é disseminado. O vírus da COVID-19 se dissemina principalmente através de gotículas de saliva ou pela secreção do nariz quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. Para saber mais sobre o vírus, consulte as páginas de pesquisa da OMS: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov>>, ou os Massive Open Online Courses (MOOCs) (Cursos On-line Abertos e Massivos) sobre o vírus, preparados pela OMS.

iv>[2] IFLA Headquarters FAQ: COVID-19. Disponível em: <<https://www.ifla.org/COVID-19>>. Acesso em 31 ago. 2020.

* Mestranda em Gestão da Informação e do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe. Ingressou como funcionária efetiva na Prefeitura Municipal de São Cristóvão/SE em março de 2009, mas só em outubro de 2013 assumiu a função de bibliotecária do município, sendo responsável por duas bibliotecas públicas. Lattes ID: <<http://lattes.cnpq.br/9907551297694986>>, ORCID ID: <<https://orcid.org/0000-0002-8103-5306>>, e-mail: <rafaelapereirajrj@gmail.com>.

** Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS) Lattes ID: <<http://lattes.cnpq.br/0106962520738975>>, ORCID ID: <<https://orcid.org/0000-0003-2871-5780>>, e-mail: <valbari@gmail.com>.